



Conclusão

Se por um lado as Três Pessoas Divinas querem ser por nós acolhidas como os três homens foram acolhidos por Abraão, por outro, somos nós que devemos adentrar nesta Comunidade de Amor como resposta ao convite para a Ceia.

Este ícone libera um potente apelo: “Sejam UM, como Eu e o Pai somos UM”. O gênero humano é a Imagem de Deus-Trindade, e a Igreja é espaço sagrado de comunhão e participação. Todas as pessoas de boa vontade são chamadas a reunir-se em torno do mesmo cálice, a elevar-se ao nível do coração de Deus e tomar parte na Ceia Messiânica.

Notas

¹ Para a redação deste artigo servi-me de anotações pessoais e de vários textos que circulam, sobretudo entre catequistas, sem o nome de seus autores. A principal fonte, contudo, foi EVDOKIMOV, Pàvel Nikolàjevic, *Teologia della bellezza: l'arte dell'icona*, Edizioni Paoline, Torino 1990 pp 231-243.

² Cf. KALA, Thomas, *Meditações sobre os ícones*, Paulus, São Paulo 1995.

³ Cf. Bisi, Marisa, *Contemplare le icone: un itinerario di preghiera profonda*, Edizioni ADP, Roma, 1999.

⁴ Idem EVDOKIMOV, Pàvel Nikolàjevic p.233.

⁵ Idem, EVDOKIMOV, p.234

⁶ Os concílios de Nicéia (325) e Constantinopla (381) definiram a distinção, igualdade e eternidade das Três Pessoas.

⁷ Algumas interpretações fazem ver, como conteúdo do cálice, uma cabeça de novilho.

⁸ Cf. Ap 13,8

Endereço do Autor:

ITESC - Cx. Postal 5041
88040-970 Florianópolis - SC

Introduzindo o tema, o autor alerta para o fato de que a doutrina da Trindade não tem recebido, na ação pastoral da Igreja, na pregação e catequese, e também na reflexão teológica, o destaque que lhe é devido. Esse desconhecimento da Trindade tem levado alguns a centralizarem a pessoa do Pai; outros, a do Filho; e ainda outros, a do Espírito Santo, quando, ao contrário, há perfeita igualdade e comunhão entre os três. Ora, é a partir da Trindade que se postula uma sociedade e uma Igreja que sejam realmente comunhão e participação.

Comunhão Trinitária, modelo fundante da integração pessoal e da organização social e eclesial

Dom Manoel João Francisco

Doutor em Teologia e ex-Diretor do ITESC, é Bispo de Chapecó, SC



Introdução

Adoutrina da Trindade na ação pastoral da Igreja, pregação e catequese e talvez na reflexão teológica não tem recebido o destaque que lhe é devido. K. Rahner, entre o humor e a dor, afirma que, se por uma hipótese impossível para a fé, fosse declarado que não existe a Trindade e que o verdadeiro Deus é uno e único, pouco se teria para modificar na literatura religiosa¹.

Bruno Forte, para expressar a mesma opinião, acha que não é exagero “afirmar que estamos diante de um exílio da Trindade, com relação à teoria e à práxis dos cristãos²”.

J. Comblin, buscando as fontes do ateísmo, afirma que “Desde a Idade Média a teologia escolástica tem por objeto “Deus”, uma quase pessoa única que é a natureza divina. (...) A teologia escolástica não precisa nem da Trindade nem do Espírito Santo. Claro está que foram conservados por fidelidade à Tradição. Mas na dinâmica da teologia escolástica não são necessários no modo de viver da Igreja³”.

Y. Congar, seguindo a mesma esteira de pensamento e de preocupação pergunta-se: “O dogma da Trindade, em cuja confissão fomos batizados, tem algum impacto em nossa vida?”⁴.

Esta ausência da Trindade na vida prática dos cristãos e também sentida pela teologia protestante, e até pela filosofia, como atestam J. Moltmann e E. Kant.

“Que Deus seja trino ou seja uno não parece ter conseqüências diferentes, nem no plano da fé, nem no da ética”⁵.

“Do dogma da Trindade tomado ao pé da letra não se pode tirar absolutamente nada para a prática. Que tenhamos que honrar a três ou a



duas pessoas, o noviço o admitirá pelo que dizem com a mesma facilidade, já que não tem nenhuma idéia de Deus em várias pessoas ou hipóstases, e muito mais ainda porque não pode tirar desta diferença regras diferentes para a sua conduta”⁶.

Segundo L. Boff, além da tradição monoteística veterotestamentária e da influência filosófica dos gregos, que sempre buscavam a causa última dos seres, o fato tem duas explicações de caráter sociológico: 1) Os regimes políticos autoritários e concentradores de poder nas mãos de poucas ou de uma só pessoa, que há milênios vigoram, precisam de sustentação ideológica. Fomos por isso levados a ouvir e crer que há um só rei, e uma só lei⁷. Destarte “o monoteísmo - pré-trinitário ou a-trinitário - serviu de legitimação ideológica do “status quo” do poder monocêntrico, que deixa pouco espaço a uma Igreja-Comunhão e a uma sociedade mais participativa e igualitária”⁸. 2) A desintegração social e a marginalização de povos inteiros, como acontece no Terceiro Mundo, provocam uma compreensão desintegrada do dogma trinitário. Cada uma das pessoas passa a ser considerada em si mesma. A comunhão entre elas, então, aparece quase como por acidente, e por isso sua unidade é compreendida quase como unicidade⁹.

No âmbito da Igreja

No âmbito da Igreja, tal desintegração vai provocar o aparecimento de grupos diversos.

Para uns, o relacionamento com Deus se centra na figura de Deus Pai. O próprio Jesus se transforma no “Pai de Grande Poder” de certas igrejas barrocas da Espanha e da América Latina. Os que assim pensam integram setores mais autoritários na sociedade. Esta forma de conceber e viver a fé confirma seus adeptos sempre mais na mentalidade machista, fornada na figura do Pai.

J. Sobrino expressa esta opinião da seguinte forma: “Peca-se contra o Pai quando desaparece o mistério de estar remetido a outro salvificamente, em favor da auto-afirmação do homem. É a deteriorização da realidade criatural do homem. No entanto peca-se também quando se exclusiviza e se absolutiza o Pai. Então aparecem os monarquismos políticos e paternalismos eclesiásticos, que confundem o livre desígnio do Pai com a imposição de uma vontade arbitrária, o absolutismo do Pai com o despotismo. Ignoram que o mistério de Deus se concretizou em Jesus e produz a liberdade do Espírito”¹⁰.



Outro grupo de pessoas molda uma imagem de Deus centrada em Jesus, o Filho de Deus. Para estes, Jesus é o grande líder que deve ser seguido. São aqueles cujo relacionamento interpessoal se dá mais no nível horizontal, mas que sentem necessidade de um líder ou animador. Tal forma de viver a fé pode levar à auto-suficiência e ao autoritarismo dos líderes e dos partidos.

J. Sobrino, também aqui, expressa de forma simpática este pensamento. “Peca-se contra o Filho quando se o exclusiviza e absolutiza. Então surge a imitação voluntarista, a lei sem espírito, a seita fechada em lugar da fraternidade aberta. Ignora-se o gozo da gratuidade do Pai e a inventiva imaginação do Espírito”¹¹.

Os Bispos em Puebla alertam para este perigo quando afirmam que “não podemos desfigurar, parcializar ou ideologizar a pessoa de Jesus Cristo, nem fazendo dele um político, um líder, um revolucionário, ou simples profeta, nem reduzindo ao campo do meramente privado Aquele que é Senhor da História”¹².

Por fim existe um outro grupo, cuja religião se forma em torno do Espírito Santo. Estes desejam ser aceitos em sua individualidade e subjetividade sem maiores compromissos sociais, mas ao mesmo tempo têm medo da solidão. Encontram resposta para as suas aspirações nos grupos carismáticos onde cada qual manifesta sua experiência de forma muito pessoal e ao mesmo tempo é aceito pelo grupo que por sua vez é muito espontâneo, sem nenhuma garantia de durabilidade. Um grupo centrado no subjetivismo, pode cair no anarquismo e na anomia. Não chega nunca a ser comunidade.

Ainda aqui, J. Sobrino pode ajudar nossa compreensão. Diz ele: “Peca-se contra o Espírito Santo quando desaparece a abertura à novidade histórica como manifestação de Deus, a vontade de seguir dando a vida na história – em vez de julgá-la a partir de fora, a partir de uma verdade feita depósito – quando se afoga o movimento estático que não nos liberta, mas também faz sair de nós mesmos. Peca-se ainda contra o Espírito Santo quando se exclusiviza e o absolutiza. Surge então o anarquismo, o esquecimento do concreto de Jesus, e a rejeição do que de perigoso tem a sua memória”¹³.

Semelhantes formas de conceber e viver a fé cristã pouco contribuem para criar uma sociedade igualitária, participativa, solidária e respeitosa das diferenças pessoais e grupais, anúncio e antecipação da reconciliação total do Reino de Deus.



A Comunhão Trinitária

Na Santíssima Trindade, cada pessoa é para as outras duas, com as outras duas e nas outras duas. Entre elas não existe relação de superioridade ou inferioridade, anterioridade ou posterioridade, mas sim de participação recíproca, de correlação e de comunhão. O Concílio de Florença, tratando deste tema, assim se expressou: “Cada um com sua especificação: o Pai está todo no Filho e todo no Espírito Santo; o Filho está todo no Pai e todo Espírito Santo; o Espírito Santo está todo no Pai e no Filho. Ninguém precede ao outro em eternidade ou o excede em grandeza ou o sobrepuja em poder”¹⁴.

A consideração de realidade tão grande e maravilhosa nos leva a um confronto, a nível pessoal e social, pois “a Trindade não é um mistério de pura contemplação. É um mistério de transformação da vida humana, de irrupção de novas formas de vida, cada vez mais semelhantes àquela vida que se concretiza nos divinos Três”¹⁵.

João Paulo II tem palavras muito claras e incisivas a este respeito.

“Deus rico em misericórdia, redentor do homem, Senhor e doador da vida, exige da parte dos homens atitudes precisas, que se exprimem também em ações ou omissões que concernem ao próximo”... O próximo, então, não é só um ser humano com seus direitos e sua igualdade fundamental em relação a todos os demais; mas torna-se imagem viva de Deus Pai, resgatada pelo sangue de Jesus Cristo e tornada objeto da ação permanente do Espírito Santo. Por isso ele deve ser amado, ainda que seja inimigo, com o mesmo amor com que o ama o Senhor... E, então, a consciência de paternidade comum de Deus, de fraternidade de todos os homens em Cristo, “filhos no Filho”, e da presença e da ação vivificante do Espírito Santo, conferirá ao nosso olhar para o mundo como que um novo critério para o interpretar. Por cima dos vínculos humanos e naturais, já tão fortes e estreitos, delineia-se, à luz da fé, um novo modelo de unidade do gênero humano, no qual deve inspirar-se em última instância a solidariedade. Este supremo modelo de unidade, reflexo da vida íntima de Deus, uno em três Pessoas, é o que nós cristãos designamos com a palavra “comunhão”¹⁶.

A nível pessoal, o ser humano é convidado, à luz deste mistério, a transformar sua situação de decadência, superando os mecanismos de egoísmo, e assim, mais e mais, conseguir ser imagem e semelhança da Trindade, na realização plena de sua vocação de reconciliado, em perfeita harmonia e integração consigo mesmo, com Deus, com os demais homens e mulheres e com o cosmos.



L. Boff, sobre este assunto, assim se expressa: “Compreender a pessoa humana como imagem e semelhança da Trindade implica dimensioná-la sempre para o relacionamento aberto para com os outros; é só estando com os outros, entendendo-se a partir dos outros, e sendo através dos outros, que constrói sua identificação”¹⁷.

A nível social, a Trindade não apenas serve de instância crítica, mas principalmente de forte inspiração. Como na Trindade não existe dominação, mas convergência e comunhão, acolhida e recíproca auto-doação, da mesma forma na sociedade e particularmente na comunidade dos cristãos, composta de homens e mulheres feitos à imagem e semelhança da mesma Trindade, não podem existir divisões de classes, nem dominação de uns sobre outros. Todos deverão se sentir integrados, participantes, iguais e respeitados em suas diferenças. A sociedade deverá ser lugar de comunhão e participação, antecipação da reconciliação global, do novo céu e da nova terra. Como se vê, “a partir da fé em Deus Trino os cristãos postulam uma sociedade que possa ser imagem e semelhança da Trindade”¹⁸, ou seja, “uma sociedade de irmãos e de irmãs, cujo tecido social seja urdido de participação e de comunhão de todos em tudo”¹⁹.

J. Moltmann formula esta concepção social da Trindade de forma muito clara, como se pode ver no seguinte texto: “Respeita o Deus trinitário somente uma comunidade cristã uma, única e unificante, sem domínio e opressão, e uma humanidade uma, única e unificante, sem domínio de classe e sem opressão ditatorial. Este é o mundo do qual os seres humanos se caracterizam por sua relação social e não por seu poder ou por aquilo que possuem. Este é o mundo no qual os seres humanos têm tudo em comum e tudo dividem, exceção feita de suas características pessoais”²⁰.

Notas

¹ K. RAHNER, “Il Dio Trino, come fondamento originário e trascendente della storia della salvezza”, em “Mysterium salutis”, vol. 3, Queriniana, Brescia, 1969, p. 404; IDEM, “Algumas Observações sobre o Tratado Dogmático “De Trinitate”, em IDEM, “O Dogma Repensado”, Ed. Paulinas, São Paulo, 1970, p. 219. Cf. também L. Boff, “O Caminhar da Igreja com os Oprimidos, Do Vale de Lágrimas Rumo à Terra Prometida”, Ed. Vozes, Petrópolis, 1988, p. 243.

² B. FORTE, “Trinità come Storia. Saggio sul Dio Cristiano”, Ed. Paoline, Torino, 1985, p. 14.

³ J. COMBLIN, “O Espírito Santo e a Libertação”, Ed. Vozes, Petrópolis, 1988, p. 61.

⁴ Y. CONGAR, “La Trinité de Dieu et l’Église”, La Vie Spirituelle, (1974) 687-703.

⁵ J. MOLTMANN, “Trinidad y Reino de Dios. La Doctrina sobre Dios”, Ed. Sigueme, Salamanca, 1986, p. 15.

⁶ E. KANT, “Le Conflit des Facultés”, Paris, 1935, p. 42, citado por G. Salet, “Charité Trinitaire, Charité des Chrétiens” em *Christus* 6 (1959) 362-376.

⁷ “Na terra há um rei e este corresponde a um Deus, o único rei do céu” (Eusébio de Cesarea, “Demonstração da Pregação Apóstolica”, Prólogo do livro VIII, citado por E. Peterson).

⁸ L. BOFF, “O Caminhar da Igreja com os Oprimidos”, Op. Cit. Pp. 244-245. IDEM, “Trinidad”, em I. ELLACURIA – J. SOBRINO, “Mysterium Liberationis. Conceptos Fundamentales de la Teología de la Liberación”, Ed. Trotta, Madrid, 1990, p. 514. Este tese é defendida também por Y. CONGAR em “Monoteísmo político da Antiguidade e o Deus Trindade” em *Concilium* 163 (1981) 38-45; E. PETERSON, “El monoteísmo como problema político”, em “Tratados Teológicos”, Ed. Cristiandad, Madrid, 1966, pp. 27-62; J. MOLTMANN, “Trinidad y Reino de Dios... Op. Cit., IDEM, “La potenza riconciliatrice della Trinità”, em II Regno/Documenti n. 476 (1983) 35-40; J. VIDAURRAGA, “La Trindad: Problema Político”, em Mensaje 18 (1969) 27-30; J. C. SCANNONE, “La situación actual de la Iglesia Argentina y la imagen de Dios Uno y Trino”, em *Estudios* 60 (1970) 20-22. Todos, exceto os dois últimos, são citados por L. BOFF em “A Trindade, a Sociedade e a Libertação”, Ed. Vozes, Petrópolis, 1986. Segundo Y. Congar, esta doutrina foi ensinada pelos Pais da Igreja e perdurou até na Alta Idade Média. Para sustentar sua afirmação cita S. AMBRÓSIO, “Com. In Os 45, 10” (PL 14, 1142s.); e “De Obitu Theodosii”; S. JOÃO CRISÓSTOMO, “Contra Judaeos et Gentiles”, 3 (PG 48, 811); e “Sermão de Natal” (PG 57, 385); THEODORETO, “In Daniel”, c.2 (PG 81, 1308s.). Por sua vez E. Peterson, para confirmar sua tese, lembra o apoio dado pelos imperadores autocratas, do final do império romano, ao arianismo, que subordina o Filho ao Pai. Na verdade, a doutrina ortodoxa da Trindade ameaçava a teologia política do império romano. A nível ecumênico é praticamente comum a consciência de que a Trindade é fonte de reconciliação, como atesta a consulta feita pela Conferência das Igrejas Europeias de 22 a 26 de novembro de 1982 em Goslar, na ex-República Federal da Alemanha. O tema dessa consulta foi justamente: “A força reconciliadora da Trindade na vida da Igreja e do mundo” (Cf. A. FILIPPI, “La Trinità: um programa ecumenico e sociale”, em II Regno/Attualità n. 475 (1982) 534-536).

⁹ “Muito mais que uma heterodoxia trinitária em termos de formulação dogmática, trata-se da vivência de uma real heteropraxis, em que alguns vivem a “religião do Pai”, outros a “religião do Filho” e outros ainda a “religião do Espírito Santo”. (Cf. F. A. PASTOR, “Semântica do Mistério. A Linguagem teológica da Ortodoxia Trinitária”, Ed. Loyola, S. Paulo, 1982, pp. 65-67).

¹⁰ J. SOBRINO, “Dios”, em C. FLORISTAN – J. J. TAMAYO, “Conceptos Fundamentales de Pastoral”, Ed. Cristiandad, Madrid, 1983, p. 257.

¹¹ J. SOBRINO, “Dios”, Op. Cit. p. 258.

¹² PUEBLA 178.

¹³ J. SOBRINO, “Dios”, Op. Cit. p. 258.



¹⁴ DS 1331.

¹⁵ L. BOFF, "A Trindade, a Sociedade e a Libertação" Op. Cit. p. 132.

¹⁶ SRS 36 e 40.

¹⁷ IDEM, "A Trindade, a Sociedade e a Libertação", Op. Cit. p. 186.

¹⁸ IDEM, "A Trindade, a Sociedade e a Libertação", Op. Cit. p. 23.

¹⁹ IDEM, "A Trindade, a Sociedade e a Libertação", Op. Cit. p. 189; IDEM, "Trinidad", Op. Cit. p. 525.

²⁰ J. MOLTSMANN, "La Dottrina Sociale della Trinità", em "Sulla Trinità", Nápoles, 1982, p. 36; IDEM, "A unidade convidativa do Deus Uno e Trino", em Concilium. 197 (1985) 54-63.

Endereço do Autor:

Cx.Postal 442
89801-970 Chapecó - SC

Este artigo procura responder às perguntas seguintes: o que tem a Dívida Externa a ver com a Trindade? E se tem, em que sentido o mistério da Trindade emite luzes sobre tal problema? Ou ainda, desde a Trindade, que luzes seriam essas? Respondendo às questões, o autor estuda a Dívida externa sob o horizonte da justiça contratual e da justiça social, e lembra o horizonte primeiro da ética: o outro como um absoluto. Aborda também o horizonte utópico da solidariedade, alertando contra a cultura da "insolidariedade". E apresenta, por fim, a Trindade como "redução da utopia solidária", e a Igreja como "experiência e espaço para a solidariedade".

Por uma Globalização da solidariedade

O problema da dívida externa à luz da
Trindade

Pe. Agenor Brighenti

Doutor em Ciências Teológicas e Professor de Teologia
Sistemática no ITESC